



**TORRE DE
MONCORVO**
câmara municipal

GRANDES OPÇÕES DO
PLANO E ORÇAMENTO

2015

CERTIDÃO

-----**JOÃO AUGUSTO LEAL LEONARDO**, Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo: -----

-----**Certifica** que na ata da sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e dois de Dezembro do ano de dois mil e catorze, **aprovada em minuta**, e com a presença dos membros Senhores: -----

- | | |
|---|--------------------------------------|
| - José Mário Leite | - Pedro Manuel Ferreira Pereira |
| - Cristina Alexandra Pantaleão Trindade | - Francisco António Roque Braz |
| - João Augusto Leal Leonardo | - Mário Diogo Pinheiro Miranda |
| - António José Félix Salgado | - António Manuel Martins |
| - Luís João Fernandes Dias | - José Carlos de Sá Meneses |
| - Maria Cecília Maçorano Saraiva Pinto | - Adriano Luís Mendes Martins |
| - Manuel Carlos Prado | - José Carlos Cordeiro |
| - Luís Miguel Meneses Macedo | - António Júlio Sá Andrade |
| - António Alves Salema | - Luiz Marcelino Lopes |
| - António Manuel Lopes | - José Manuel Moreiras |
| - Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira | - António Manuel de Castro Gonçalves |
| - António Júlio Andrade | - Afonso Henrique Alagoa |
| - Ademar Augusto Rodrigues Alves | |

consta uma deliberação do seguinte teor: -----

-----**DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO ECONÓMICO DE 2015 — GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2015 E MAPA DE PESSOAL PARA 2015.** -----

-----A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto nas alíneas a) e o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou por maioria, com 23 votos a favor e 2 abstenções dos senhores deputados António Manuel Lopes e Luís Ricardo Rebouta Macedo da Silva Ferreira (PS), **aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2015, que incluem o PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, o PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL, o ORÇAMENTO DA RECEITA E DA DESPESA, bem como o MAPA DE PESSOAL para 2015.** -----

-----Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo, aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e catorze. -----

O Secretário da Assembleia Municipal,


(João Augusto Leal Leonardo)



1 – Enquadramento.....	3
2 – Introdução.....	4
3 – Grandes Opções do Plano.....	5
3.1 – Orçamento.....	6
3.2 - Plano de Atividades Municipal	9
3.3 - Plano Plurianual de Investimentos.....	10
3.4 - Receita	11
3.5 - Despesa	12
4 – Conclusão.....	13

7 H
L. Barros

L
L. Barros

↑
⊗
↓

1 – Enquadramento

Para efeitos da aplicação da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e em particular o estabelecido na alínea a) do n.º1 do artigo 25.º e alínea c) do n.º1 do artigo 33.º, neste documento são apresentadas as Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Torre de Moncorvo para o ano de 2015, para posterior submissão à apreciação e votação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

O Orçamento foi elaborado com base nos princípios elementares da prudência, do rigor, da transparência e do equilíbrio, prosseguindo uma estratégia de:

- Contenção da despesa, para reforço e consolidação das finanças do município;
- Redução dos níveis do endividamento líquido, capazes de garantir uma tesouraria saudável, com prazos médios de pagamento reduzidos, em cumprimento com as novas regras da lei dos pagamentos em atraso;
- Manutenção das políticas de desenvolvimento sustentável e harmonioso do município com o propósito da melhoria da qualidade de vida dos munícipes, considerando as atuais condicionantes económico-financeiras;
- Garantia da continuidade de projetos municipais em curso, sem estrangulamentos de ordem financeira e técnica;
- Priorização de projetos enquadrados no QREN com o objetivo de captação de taxas de cofinanciamento na ordem dos 85% que garantam a viabilização dos mesmos e o equilíbrio do orçamento;
- Reforço das políticas sociais de apoio às famílias, aos idosos e às instituições de solidariedade social, através da dinamização e incremento de iniciativas do foro da ação social que complementem a intervenção do estado, das instituições e o esforço acrescido das pessoas perante as novas medidas de austeridade.

Mesmo assim, temos consciência que este documento não reflete tudo o que gostaríamos de ver inscrito, mas a nossa missão é continuar a lutar para conseguir atingir os objetivos pretendidos, garantindo o equilíbrio social que permite o desenvolvimento do Concelho.

Handwritten notes and signatures in blue ink:
2015
L. Santos
[Signature]
[Signature]
[Signature]

2 – Introdução

Em 2015 são prioridades estratégicas do Município:

- Modernização Administrativa

Desmaterializar a relação entre munícipes e município, para o qual pretendemos fomentar a gestão processual eletrónica dos processos, melhorando os serviços disponibilizados pela autarquia, concentrando o atendimento ao público pelos serviços em um único “front office”, Balcão Único.

- Recursos Humanos

Manter-se-á a atual orientação de proporcionar formação dirigida para as necessidades específicas da organização ao nível interno e externo, incidindo na modernização administrativa e proporcionando respostas mais rigorosas e com diminuição de tempos de espera aos munícipes, processo este que será complementado com a reorganização funcional e espacial dos serviços municipais.

- Educação

Continuaremos a atribuir os auxílios económicos para aquisição de livros e material escolar aos alunos do concelho.

- Cultura

Tendo em vista o desenvolvimento sustentado e a afirmação da identidade cultural do concelho, em colaboração com as juntas de freguesia, associações locais e sociedade civil iremos continuar a desenvolver os eventos já realizados no que toca aos presépios, cascatas, feira medieval, teatro, cinema, exposições, apresentações de livros, etc.

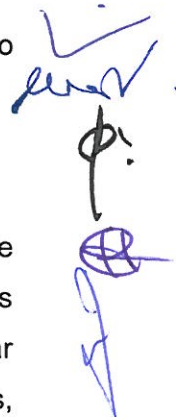
Pretendemos ainda adquirir a antiga sinagoga de modo a instalar um centro de interpretação Judaico Marrano, bem como a instalação da casa do artesão interativa e a implementação do museu do castelo e centro de interpretação de arte barroca.

- Desporto

O desporto e a atividade física melhoram os níveis de confiança e auto estima e evitam a exclusão social, contribuindo para uma sociedade mais saudável. Assim iremos responder às crescentes solicitações e exigências nesta área, fomentando a prática da natação, passeios pedestres, atletismo, ciclismo, entre outros, de modo a proporcionar uma diversidade de escolhas de acordo com as preferências de cada munícipe.



Contamos desde já também com a beneficiação do campo de jogos “Camilo Sobrinho” ao nível do arrelvamento sintético do campo de jogos bem como o arranjo das bancadas.



- Ação Social

A dinamização de políticas de ação social na nossa sociedade tem que ser capaz de concretizar a nossa missão humanista. Pela conjuntura atual em que o país vive, pelas dificuldades que cada vez mais as populações sentem, é intenção deste executivo continuar a desenvolver ações concretas por forma a atenuar as carências dos mais necessitados, possibilitando a reabilitação da qualidade de vida. Assim, dentro das parcerias firmadas em 2014 iremos dar continuidade ao programa “112 Social” bem como o apoio necessário ao Banco Solidário, entre outros.

- Valorização do Território

Pretendemos iniciar a revalorização do parque urbano da Quinta da Judite, assim como a reabilitação do edifício em casa de chá

3 – Grandes Opções do Plano

A proposta de orçamento municipal e grandes opções do plano que ora é apresentada encontra-se condicionada por diversos fatores. Por um lado, a necessidade imperiosa de dar continuidade ao plano de saneamento financeiro em curso e, por outro lado, a entrada em vigor, em 1 de Janeiro de 2014, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, vulgo “Nova Lei das Finanças Locais”.

A primeira dessas condicionantes implica a concordância dos valores globais apresentados com as projeções que naquele plano se assumiam ou, em caso de divergências, uma adequada fundamentação destas últimas bem como a preservação das linhas de força do plano.

A segunda condicionante apresenta contornos igualmente exigentes quanto à aplicabilidade da Lei das Finanças Locais. Isso sucede, entre outros fatores, porque, o normativo mais recente impõe um novo conceito de equilíbrio entre receitas e despesas correntes cujo alcance e consequências não podem ser desconsiderados.

Adicionalmente, foram também observadas as regras e princípios orçamentais constantes do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade para as Autarquias Locais e foram tidos em conta vários parâmetros que resultam da proposta de Lei de Orçamento de Estado para 2015.

↓
L. Barros
L
L
p:
P
L

Por outro lado, no que toca às Grandes Opções do Plano, cumpre assinalar as dificuldades de orçamentação inerentes ao facto de se estar numa fase de arranque inicial de quadro global de apoio comunitário. Em boa medida, a quantidade de projetos a levar a cabo está ainda muito dependente do número e da natureza das linhas de apoio que, no âmbito do Portugal 2020, venham a ser abertas durante o ano de 2015 e, mais do que isso, está dependente do pacote de aprovações que forem ainda obtidas no âmbito do QREN 2007-2013. Os valores e as ações que foram assumidas resultam de uma previsão muito prudente sobre o que venham a ser essas realidades.

Existem ainda outras linhas de orientação presentes no orçamento agora proposto, nomeadamente quanto à credibilização crescente do Município enquanto cliente e parceiro das mais diversas operações. Essa credibilização concretiza-se, no plano financeiro, pela capacidade de satisfazer em prazos aceitáveis as suas responsabilidades e pela redução lenta mas constante do seu nível de passivo em todos os prazos. Aliás, só esse caminho, o da grande responsabilidade financeira, permite augurar, a prazo, uma maior capacidade do município enquanto promotor do desenvolvimento local.

Os documentos referentes às GOP'S e ao Orçamento do Município para o ano económico de 2015, são constituídos pelos seguintes anexos:

Resumo do Orçamento

Orçamento da Receita

Orçamento da Despesa

Plano Plurianual de Investimentos

Plano de Atividades Municipal

Mapa de Empréstimos

Mapa de Pessoal

3.1 – Orçamento

A gestão económica e financeira do Município assenta no pressuposto de que a atividade a desenvolver tem subjacente o cálculo, à priori, das receitas e das despesas. O orçamento é assim um quadro de natureza contabilística, onde são previstas todas as receitas que a Autarquia pretende arrecadar e as despesas que pretende realizar num ano civil.

Assenta em três funções: a Função Económica, a Função Política e a Função Jurídica. A primeira, é expressa num quadro que apresenta as previsões de receitas e despesas, a segunda traduz-se numa autorização para arrecadar receitas e afetá-las aos encargos

A
 C. Pombos
 Li
 reza
 φ!
 (circled)
 f

decorrentes da execução dos projetos e ações, a terceira é uma função reguladora do poder do órgão Autárquico, que vai executar o orçamento nos termos da lei vigente.

Este documento apresenta a previsão anual das receitas e das despesas, de acordo com o código de contas da classificação económica em vigor para as autarquias locais, constante do classificador aprovado pelo Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, na adaptação feita às autarquias.

O Orçamento é constituído por dois mapas:

Mapa resumo das receitas e das despesas;

A previsão das Receitas e das Despesas para 2015 encontra-se traduzida no seguinte quadro, o qual resume a distribuição dos montantes segundo a natureza da Receita e da Despesa – Corrente e Capital:

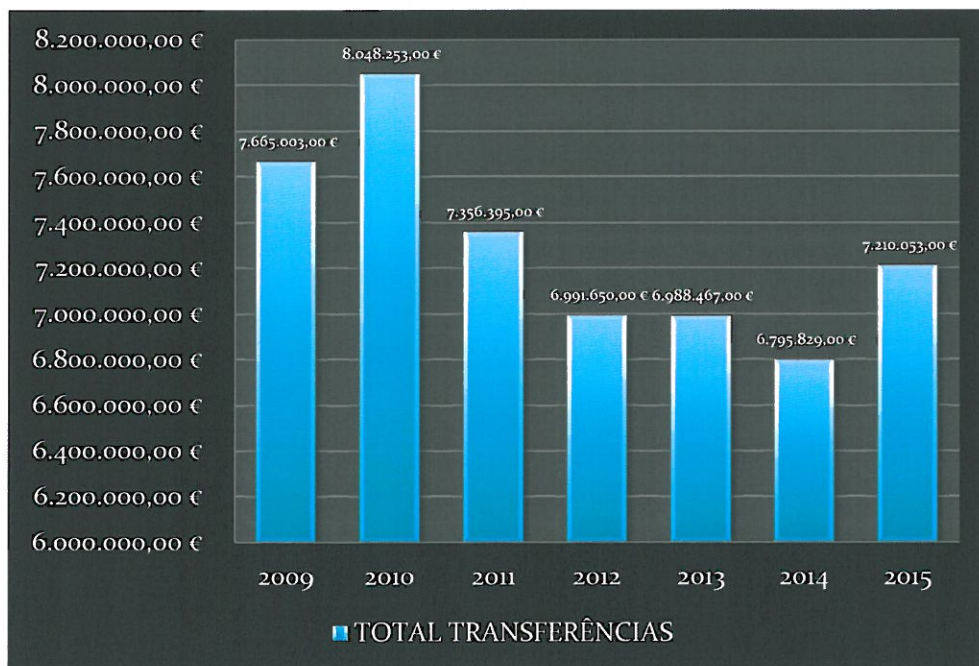
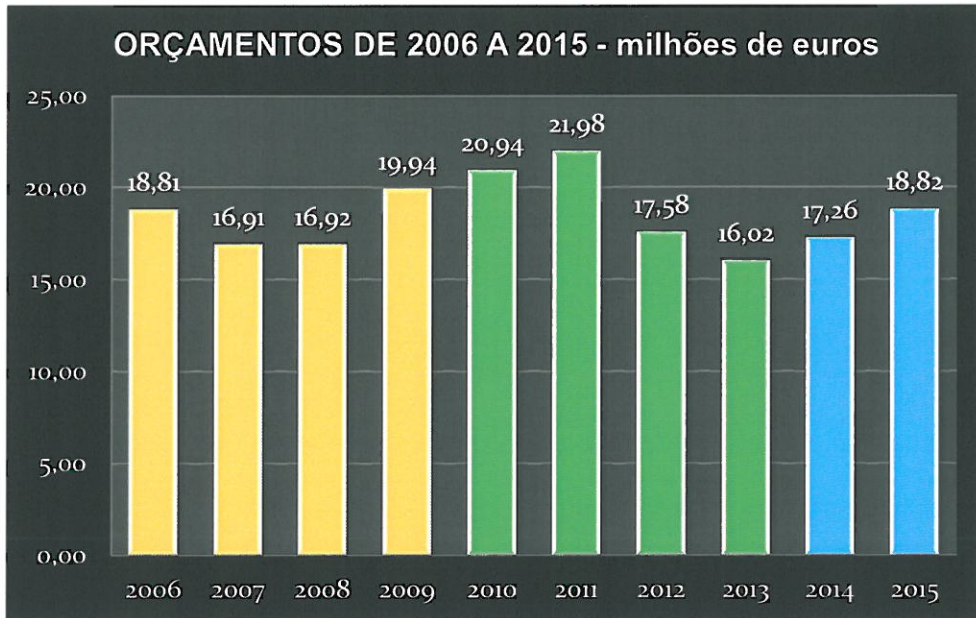
RESUMO DAS RECEITAS E DAS DESPESAS

RECEITAS	MONTANTE	%	DESPESAS	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRETOS	863.500,00 €	4,59%	01 DESPESAS COM O PESSOAL	2.915.220,00 €	15,49%
02 IMPOSTOS INDIRETOS	2.200,00 €	0,01%	02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.929.961,00 €	20,88%
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	96.000,00 €	0,51%	03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	528.960,00 €	2,81%
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	1.300,00 €	0,01%	04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	929.570,00 €	4,94%
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.028.960,00 €	37,34%	05 SUBSÍDIOS		
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	2.389.600,00 €	12,69%	06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	68.500,00 €	0,36%
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	21.100,00 €	0,11%			
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	10.402.660,00 €	55,26%	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	8.372.211,00 €	44,47%
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	26.200,00 €	0,14%	07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	6.381.393,00 €	33,90%
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.909.033,00 €	20,76%	08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.559.500,00 €	8,28%
11 ATIVOS FINANCEIROS	100,00 €	0,00%	09 ATIVOS FINANCEIROS	79.029,00 €	0,42%
12 PASSIVOS FINANCEIROS	737.200,00 €	3,92%	10 PASSIVOS FINANCEIROS	2.433.250,00 €	12,93%
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	3.750.200,00 €	19,92%	11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	10,00 €	0,00%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	8.422.733,00 €	44,74%	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	10.453.182,00 €	55,53%
TOTAL GERAL	18.825.393,00 €	100,00%	TOTAL GERAL	18.825.393,00 €	100,00%

Handwritten notes:
 2015
 L. Brito
 (with arrows pointing to the year and name)

A elaboração dos documentos previsionais obedece a um conjunto de regras e princípios orçamentais previstos no art.º 3 da Lei das Finanças Locais e no ponto 3.1.1 do POCAL, designadamente o princípio da anualidade, o princípio da unidade, o princípio da universalidade, princípio da especificação, o princípio do equilíbrio, o princípio da não consignação e o princípio da não compensação.

Handwritten notes:
 (with a checkmark)
 (with a circled 'B')
 (with a circled 'L')



3.3 - Plano Plurianual de Investimentos

QUADRO RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS POR FUNÇÕES				
CÓDIGO	FUNÇÕES		Valor	%
1.	Funções Gerais		754.250,00 €	11,82%
1.1.	Serviços Gerais da Administração Pública		717.250,00 €	
1.1.1.	Administração Geral			
1.1.1.1.	Instalação de Serviços	420.250,00 €		
1.1.1.2.	Modernização dos Serviços	142.000,00 €		
1.1.1.3.	Locação Financeira	5.000,00 €		
1.1.1.4.	Aquisição de Equipamento	150.000,00 €		
1.2.	Segurança e Ordem Pública		37.000,00 €	
1.2.1.	Proteção Civil e Luta Contra Incêndios	37.000,00 €		
2.	Funções Sociais		4.281.643,00 €	67,10%
2.1.	Educação		55.000,00 €	
2.1.1.	Ensino não Superior	51.000,00 €		
2.3.	Segurança e Ação Sociais			
2.3.2.	Ação Social	4.000,00 €		
2.4.	Habituação e Serviços Coletivos		1.916.500,00 €	
2.4.1.	Habituação	21.000,00 €		
2.4.2.	Ordenamento do Território			
2.4.2.1.	Planeamento Urbanístico	2.500,00 €		
2.4.2.2.	Reabilitação Urbana e Rural	1.201.000,00 €		
2.4.3.	Saneamento	340.000,00 €		
2.4.4.	Abastecimento de Água	180.000,00 €		
2.4.5.	Resíduos Sólidos	1.000,00 €		
2.4.6.	Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza	171.000,00 €		
2.5.	Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos		2.310.143,00 €	
2.5.1.	Cultura	989.000,00 €		
2.5.2.	Desporto, Recreio e Lazer	1.321.143,00 €		
3.	Funções Económicas		1.339.000,00 €	20,98%
3.1.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca		200.000,00 €	
3.1.0.	Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	200.000,00 €		
3.2.	Indústria e Energia		271.000,00 €	
3.2.1.	Iluminação Pública	243.000,00 €		
3.2.2.	Parques Industriais	28.000,00 €		
3.3.	Transportes e Comunicações		594.000,00 €	
3.3.1.	Transportes Rodoviários			
3.3.1.1.	Estradas	149.000,00 €		
3.3.1.2.	Pavimentações	299.800,00 €		
3.3.1.3.	Sinalização	10.000,00 €		
3.3.1.4.	Transportes Públicos	1.000,00 €		
3.3.1.5.	Equipamento de Transporte	57.500,00 €		
3.3.1.6.	Parques de Estacionamento	43.200,00 €		
3.3.2.	Transportes Aéreos	33.500,00 €		
3.4.	Comércio e Turismo		274.000,00 €	
3.4.1.	Mercados e Feiras	30.000,00 €		
3.4.2.	Turismo	244.000,00 €		
4.	Outras Funções		6.500,00 €	0,10%
4.3.	Diversas não Especificadas	6.500,00 €		
	TOTAIS		6.381.393,00 €	100,00%

Fontes
 L. M.
 P.
 f

O Plano Plurianual de Investimentos, contempla todos os projetos/ações que o Município se propõe desenvolver, e em alguns casos, concluir no ano de 2015, domiciliados nas respetivas Funções. O valor previsto totaliza 6.381.393,00 €, registando a seguinte representatividade quanto às funções que o compõem:

3.4 - Receita

As receitas correntes, aquelas que, em geral, se renovam em todos os períodos financeiros, repercutindo-se no património não duradouro da autarquia, são agrupadas em capítulos: (01) impostos diretos, (02) impostos indiretos; (04) taxas, multas e outras penalidades; (05) rendimentos de propriedade; (06) transferências correntes; (07) venda de bens e serviços correntes e (08) outras receitas correntes.

ORÇAMENTO DA RECEITA - EVOLUÇÃO

ORÇAMENTO DE RECEITA						
Descritivo	2010	2011	2012	2013	2014	2015
RECEITAS CORRENTES						
Impostos Diretos	742.000,00 €	771.500,00 €	643.474,00 €	644.050,00 €	723.800,00 €	863.500,00 €
Impostos Indiretos	6.500,00 €	8.500,00 €	2.065,00 €	9.000,00 €	1.950,00 €	2.200,00 €
Taxas, Multas e Outras Penalidades	92.500,00 €	94.500,00 €	97.411,00 €	126.300,00 €	96.650,00 €	96.000,00 €
Rendimentos de Propriedade	4.800,00 €	3.500,00 €	2.350,00 €	6.000,00 €	5.920,00 €	1.300,00 €
Transferências Correntes	5.998.527,00 €	6.243.891,00 €	5.922.663,00 €	6.826.614,00 €	6.585.451,00 €	7.028.960,00 €
Venda de Bens e Serviços Correntes	2.442.000,00 €	2.600.100,00 €	2.056.470,00 €	2.081.250,00 €	2.132.750,00 €	2.389.600,00 €
Outras Receitas Correntes	31.573,00 €	31.000,00 €	25.600,00 €	12.000,00 €	13.300,00 €	21.100,00 €
Total (Receitas Correntes)	9.317.900,00 €	9.752.991,00 €	8.750.033,00 €	9.705.214,00 €	9.559.821,00 €	10.402.660,00 €
RECEITAS CAPITAL						
Venda de Bens de Investimento	237.500,00 €	1.554.500,00 €	741.850,00 €	780.028,00 €	600.006,00 €	26.200,00 €
Transferências de Capital	7.964.776,00 €	9.857.576,00 €	8.084.612,00 €	5.531.203,00 €	3.851.278,00 €	3.909.033,00 €
Ativos Financeiros	1.500,00 €	1.500,00 €	2.000,00 €	4.000,00 €	20.000,00 €	100,00 €
Passivos Financeiros	821.000,00 €	816.000,00 €	1.500,00 €	3.000,00 €	737.200,00 €	737.200,00 €
Outras Receitas de Capital	2.601.000,00 €	6.000,00 €	6.000,00 €	3.000,00 €	2.500.200,00 €	3.750.200,00 €
Total (Receitas Capital)	11.625.776,00 €	12.235.576,00 €	8.835.962,00 €	6.321.231,00 €	7.708.684,00 €	8.422.733,00 €
TOTAL	20.943.676,00 €	21.988.567,00 €	17.585.995,00 €	16.026.445,00 €	17.268.505,00 €	18.825.393,00 €

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the word "Bens" and various initials and symbols.

3.5 - Despesa

São despesas correntes, aquelas que revelam carácter permanente e que não afetam o património duradouro da autarquia. Agrupam-se nos seguintes capítulos: (01) Despesas com o Pessoal; (02) Aquisição de Bens e Serviços; (03) Juros e outros encargos; (04) Transferências Correntes concedidas; (05) Subsídios e (06) outras despesas correntes.

ORÇAMENTO DA DESPESA - EVOLUÇÃO

ORÇAMENTO DE DESPESA						
Descritivo	2010	2011	2012	2013	2014	2015
DESPESAS CORRENTES						
Despesas com Pessoal	4.493.060,00 €	4.229.000,00 €	3.740.130,00 €	3.870.845,00 €	2.993.050,00 €	2.915.220,00 €
Aquisição de Bens e Serviços	3.641.816,00 €	3.986.600,00 €	3.278.338,00 €	3.015.160,00 €	3.789.475,00 €	3.929.961,00 €
Juros e Outros Encargos	432.450,00 €	412.600,00 €	947.730,00 €	475.282,00 €	582.010,00 €	528.960,00 €
Transferências Correntes	589.200,00 €	1.101.345,00 €	747.785,00 €	657.371,00 €	735.350,00 €	929.570,00 €
Outras Despesas Correntes	132.300,00 €	23.100,00 €	36.050,00 €	8.223,00 €	100.500,00 €	68.500,00 €
Total (Despesas Correntes)	9.288.826,00 €	9.752.645,00 €	8.750.033,00 €	8.026.881,00 €	8.200.385,00 €	8.372.211,00 €
DESPESAS DE CAPITAL						
Aquisição de Bens de Capital	7.336.400,00 €	9.006.600,00 €	6.150.302,00 €	5.630.461,00 €	4.612.470,00 €	6.381.393,00 €
Transferências de Capital	1.564.000,00 €	1.372.472,00 €	1.554.190,00 €	1.216.102,00 €	1.807.800,00 €	1.559.500,00 €
Ativos Financeiros	20.000,00 €				- €	79.029,00 €
Passivos Financeiros	2.734.450,00 €	1.856.850,00 €	1.131.370,00 €	1.153.000,00 €	2.647.850,00 €	2.433.250,00 €
Outras Despesas de Capital			100,00 €	1,00 €	- €	10,00 €
Total (Despesas Capital)	11.654.850,00 €	12.235.922,00 €	8.835.962,00 €	7.999.564,00 €	9.068.120,00 €	10.453.182,00 €
TOTAL	20.943.676,00 €	21.988.567,00 €	17.585.995,00 €	16.026.445,00 €	17.268.505,00 €	18.825.393,00 €

Handwritten notes:
Z
↓
Pontos

Handwritten signature:
L
Leonor

4 – Conclusão

Nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/13, de 12 de Setembro, cumpro-me apresentar a presente proposta do Orçamento Municipal para o ano 2015 e Plano Plurianual de Investimentos, submetendo à apreciação da Assembleia Municipal, solicitando a sua aprovação.

Handwritten notes:
p!
[Circled mark]

Torre de Moncorvo, 28 de Outubro de 2014

O Presidente da Câmara,



(Nuno Gonçalves)